

**ESPAÇO TEMÁTICO: TECNOLOGIA, DIGITALIZAÇÃO DO ESTADO E POLÍTICAS SOCIAIS**

# Transferências de valor às multinacionais de TIC na ontogênese da Dataprev

**Germano Molardi<sup>1</sup>**<https://orcid.org/0000-0001-5249-5728>

<sup>1</sup>Universidade Federal de Santa Catarina, Departamento de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.

**Transferências de valor às multinacionais de TIC na ontogênese da Dataprev**

**Resumo:** No presente artigo, apresentam-se resultados parciais obtidos durante a escrita da Tese de Doutorado, cujo objeto foram as relações estabelecidas entre a Empresa de Tecnologia e Informação da Previdência Social (Dataprev) e os circuitos privados de valorização do valor, notadamente de fabricantes de tecnologias de informação e comunicação (TIC). Ao longo dos 50 anos de existência dessa empresa estatal pública brasileira, evidencia-se que, para que cumprisse com suas requisições institucionais, já nos seus anos iniciais (1975–1979), a Dataprev serviu de suporte à acumulação de capitais de empresas estrangeiras, transferindo-lhes montantes dos fundos públicos em troca das bases técnicas nas quais operacionalizava dados e informações de políticas sociais públicas brasileiras, notadamente assistenciais, trabalhistas e previdenciárias. No presente artigo, a partir de pesquisas documentais e bibliográficas, produziu-se uma explicação ontogenética dessas relações de dependência entre a Dataprev e as fornecedoras multinacionais de tecnologias digitais, inserindo-as no quadro geral do desenvolvimento capitalista dependente brasileiro.

**Palavras-chave:** dependência; tecnologias digitais; políticas sociais; empresas estatais; Dataprev.

**Value transfers to ICT multinationals in the ontogenesis of Dataprev**

**Abstract:** In the present article, partial results obtained during the writing of the Doctoral Thesis are presented, whose object was the relations established between the Social Security Information and Technology Company (Dataprev) and the private circuits of valorization of value, notably those of information and communication technology (ICT) manufacturers. Throughout the fifty years of existence of this Brazilian state-owned company, it becomes evident that, to fulfill its institutional requisitions, from its early years (1975–1979), Dataprev supported the accumulation of capital by foreign enterprises, transferring amounts from public funds in exchange for the technical bases upon which it operated data and information concerning Brazilian public social policies, notably welfare, labor, and social security. Based on documentary and bibliographical research, this article presents an ontogenetic explanation of these relations of dependence between Dataprev and multinational suppliers of digital technologies, situating them within the general framework of Brazil's dependent capitalist development.

**Keywords:** Dependence; Digital Technologies; Social Policies; State-owned companies; Dataprev.

Recebido em 24.06.2025. Aprovado em 29.09.2025. Revisado em 03.12.2025.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

## Introdução

Recentemente, na atual 16ª edição de sua revista institucional, a Empresa de Tecnologia e Informação da Previdência Social (Dataprev) anunciou que, no ano de 2025, serão estabelecidos novos modos de operar os sistemas de informação governamentais, baseados em computação em nuvem e plataforma de serviços. Esses processos foram iniciados ainda em 2024, “[...] com a contratação de três nuvens híbridas, que aumentam radicalmente a capacidade de entrega de serviços, agora praticamente ilimitada, podendo ser rapidamente expandida, sempre que necessário” (Dataprev, 2024, p. 37). As empresas contratadas para prover os serviços citados são as multinacionais estadunidenses Amazon AWS e Oracle, bem como a multinacional chinesa Huawei, no valor de R\$ 500 milhões a serem dispendidos na próxima década, no contexto de implementação da Estratégia Nacional de Governo Digital (ENGD) e do Plano Nacional de Inteligência Artificial (PNIA).

Essa necessidade de contratar serviços junto a multinacionais — em particular dessas fornecedoras de tecnologias digitais — para a operacionalização dos sistemas de informação em que têm se assentado as políticas sociais, notadamente a previdenciária e assistencial, precisa ser objeto de problematização crítica, que a concatene às múltiplas determinações da realidade material em que ela se insere.

A partir de uma pesquisa documental realizada junto à Hemeroteca Digital Brasileira, cujos detalhes serão melhor apresentados na próxima seção, apresenta-se essa empresa em seus primeiros anos, a partir de registros jornalísticos do período concomitante, por meio dos quais atestam-se a existência de transferências de valor dos fundos públicos, desde a origem das operações da Dataprev, para os circuitos privados (sobretudo estrangeiros) de valorização do valor. Como componentes desse processo, apresentam-se os valores aproximados e inferidos, conforme os balancetes publicados nos jornais da época; constata-se a abrangência de atribuições que lhe foram dadas ao tornar possível o levantamento de dados e informações socioeconômicas relevantes sobre a população usuária das políticas sociais existentes no período; e, nesse bojo, apresentam-se as protoformas de digitalização do Estado brasileiro que, não levadas a cabo na época, fizeram desse processo uma possibilidade histórica anunciada, em um contexto no qual o desenvolvimento de um setor nacional de informática despontou como potencialidade.

Nesse sentido, no presente artigo tem-se como objeto a relação estabelecida entre a Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social (Dataprev) e os circuitos privados de valorização do valor — eminentemente estrangeiros, mas também nacionais — na segunda metade da década de 1970. Portanto, nos ateremos estritamente à análise dos anos iniciais dessa empresa pública, com o objetivo de demonstrar que, desde sua origem, ela cumpre as funções típicas do sistema produtivo estatal no capitalismo dependente, conforme defende Rodrigues (2023): ser um suporte para a acumulação privada de capitais e, portanto, um instrumento de transferência de valor dos fundos públicos, sobretudo para empresas multinacionais (EMNs).

Assim, queremos demonstrar que não se constitui como novidade a incorporação das tecnologias digitais por meio da contratação de arquiteturas proprietárias (*hardware* e *software*) pela empresa pública aqui estudada. O processo de rupturas e continuidades nessas relações de dependência é demarcado pelo fato de que essa dinâmica de incorporação tecnológica se renova conforme se renovam as tecnologias de que tratam essas negociações comerciais — ainda que permaneçam estruturantes as transferências de valor dos fundos públicos brasileiros às fabricantes estrangeiras, históricas proprietárias das mais modernas tecnologias digitais.

## Algumas noções teórico-metodológicas de importância primária

Desvelar o processo histórico que redundou na criação da Dataprev nos permitiu compreendê-la como necessidade histórica, porquanto ela constituiu um ponto nodal de complexidade na operacionalização das políticas sociais brasileiras, no qual se exprimiram, ao mesmo tempo:

- a) o modo de produção que forjou, em escala mundial, uma forma política correspondente — os Estados nacionais burgueses — como sínteses concentradas das forças sociais em disputa, porém assentadas na existência da propriedade privada capitalista, nas formas que essa assumiu a depender do país considerado (Marx, 2013; Lenin, 2012);

- b) a particularidade dependente brasileira, e nela inscrita uma particular forma de dominação, autocrático-burguesa, na qual o Estado se estabeleceu de modo fortemente hermético às requisições das classes trabalhadoras (Fernandes, 1974; Marini, 2000; Netto, 2014; Bambirra, 2019);
- c) nessas condições, a consolidação de um Sistema Produtivo Estatal (SPE) que, em vez de atender às requisições para a acumulação simples pelas burguesias brasileiras — que pudesse protegê-las das ofensivas imperialistas — cumpriu o papel de suporte da acumulação de capitais, garantindo os investimentos em infraestrutura que viabilizaram a consolidação dos domínios estrangeiros sobre o nosso processo de industrialização (Rodrigues, 2023);
- d) o caráter tardio com que o Estado nacional brasileiro, em circunstâncias institucionais “favoráveis”, absorveu a operacionalização de políticas sociais públicas, em particular a política previdenciária, centralizando-as administrativamente em um único órgão autárquico, o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), a partir do Decreto-Lei nº 72, de 21 de novembro de 1966 (Salvador, 2010; Silva, 2012; Gentil, 2019).

Portanto, desvelamos o conjunto de determinações essenciais que a compuseram — a Dataprev — em sua ontogênese, isto é, que condicionaram sua existência como complexo empresarial público dotado de atribuições específicas, realizadas por um corpo técnico especializado em um parque tecnológico dotado de suas próprias peculiaridades.

Inscrita desde sua origem no atendimento a requisições oriundas das políticas sociais públicas — fosse para as populações usuárias delas ou para seus operadores — a Dataprev está, desde seus primeiros anos, colocada sob o imperativo de estabelecer relações comerciais que deslocavam (como deslocam ainda hoje) parte do seu orçamento, à época composto majoritariamente de recursos oriundos da União, do INPS e do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado (IPASE), para os circuitos privados de produção do capital — isto é, realizar o movimento de porções dos fundos públicos e injetá-los nos ciclos de produção do valor, para fins de garantir suas respectivas reproduções.

A literatura com a qual nos deparamos no estudo do desenvolvimento das políticas sociais no Brasil, ao longo do século XX, situava a Dataprev na esteira do desenvolvimento geral da proteção ao trabalho, no contexto da Ditadura empresarial-militar, sem dar-lhe a sua devida importância — a qual foi possível constatar por meio do trabalho de análise documental, cujos resultados aqui apresentaremos. A revisão bibliográfica realizada no contexto da tese demonstrou que os trabalhos existentes sobre essa empresa pública se concentram em um período histórico determinado, a saber, da virada do século XX ao XXI em diante, em ciências particulares como o Direito, a Administração Pública e, mais recentemente, a Ciência da Informação.

Porém, como queríamos compreendê-la em sua origem — desde duas décadas e meia antes do período coberto no que estava disposto na literatura encontrada sobre o assunto — foi necessário recorrer aos jornais da época, organizados no acervo da Hemeroteca Digital Brasileira, no qual se disponibilizam cópias digitalizadas dos veículos de imprensa que circulavam naquele período, com a possibilidade de busca pelos termos atinentes à pesquisa.

Ainda que tenhamos incursionado, por curiosidade, na análise de outros periódicos, escolhemos por analisar majoritariamente os registros do *Correio Braziliense*, em razão do local privilegiado em que o processo de produção desse jornal estava colocado: no centro de poder político do país, ainda que afastado das regiões mais dinâmicas da economia brasileira. Outro conjunto de documentos consultado foi o Dossiê de aprovação do Projeto de Lei que, aprovado, deu as indicações jurídicas gerais para a regulamentação da Dataprev.

### **A Dataprev como suporte à acumulação privada de capitais no setor de TIC, em seus anos iniciais (1975–1979)**

O processo de operacionalização do direito previdenciário por meio do INPS, a execução dos seus recursos financeiros — retidos pelo Estado na forma de impostos, cobrados sobretudo das classes trabalhadoras vinculadas ao mercado formal de trabalho — constituiu o que a economia vulgar chama de “clientela” do Instituto, a qual passou a constituir sua base e, idealmente, o ponto de retorno dos valores retidos no fundo previdenciário.

Com a centralização administrativa da política previdenciária, em 1966, as informações cedidas por essa base populacional precisavam ser analisadas para garantir o cumprimento dos requisitos e critérios para o acesso aos benefícios operacionalizados naquela autarquia. Como afirmava o Ministro da Previdência e Assistência Social (MPAS) à época, Luís Gonzaga do Nascimento e Silva, em texto encaminhado ao

Presidente da República em 8 de agosto de 1974, o parque tecnológico sob posse do INPS era “[...] o suporte do funcionamento normal [do INPS e do IPASE], sem o qual seria impraticável a execução das tarefas que os equipamentos nele utilizados [realizavam] com perfeição, regularidade e economicidade” (Brasil, 1974).

Na argumentação sobre a necessidade de criação da Dataprev, o ministro afirmava que as técnicas de bases digitais se desenvolviam permanentemente, requisitavam um corpo técnico dotado das condições de manuseá-las (os quais não se encontravam facilmente nos mercados de trabalho brasileiros), e que tais dinâmicas exigiam do Estado a constituição de uma empresa que permitisse esse desenvolvimento nacional, com condições de competir no mercado com empresas privadas que prestassem serviços de processamento de dados (Brasil, 1974).

Além de oferecer as bases técnicas de operacionalização da política sob guarda do INPS, o ministro defendia que centralizar esse parque, o serviço de processamento de dados nele realizado, bem como deixar a estrutura sob tutela do MPAS, permitiria que os recursos fossem mais bem aproveitados. Organizado o parque sob os cuidados de uma empresa estatal responsável por geri-lo, a Dataprev, enquanto instituição, poderia unificar as bases das “[...] apurações, procedimentos, microfilmagem de documentos e arquivamento, [o que facilitaria] o entrosamento desses serviços com os de outros órgãos centrais de processamento de dados” (Brasil, 1974). Essa reorganização permitiria ao Ministério produzir “[...] análises globais dos problemas ligados à previdência e assistência social” (Brasil, 1974), porque se assentava em um dos parques mais modernos e completos da América Latina existentes à época, segundo o ministro Luiz Gonzaga do Nascimento e Silva.

No dia 5 de outubro, as atribuições e competências da Dataprev, acima descritas, transformaram-se em objeto de matéria do *Correio Braziliense* (1974) intitulada: “Criada empresa de análise de sistema”, porquanto a Lei de criação da empresa havia sido aprovada na Câmara dos Deputados — no final do mesmo mês, o Projeto de Lei foi aprovado no Senado Federal. Destaca-se, nesse sentido, o caráter aligeirado entre a proposição do PL, pelo ministro, ao Presidente da República, e sua aprovação no Poder Legislativo, no percurso de dois meses — processo que só pôde ter se desvelado nesse espaço de tempo em razão de uma institucionalidade favorável, autocrático-burguesa, alinhada esclarecidamente pelo alto, orientada pelos princípios modernizantes e imperialistas que justificaram a *contrarrevolução preventiva* de 1964 (Fernandes, 1974).

Pontuamos, nesse sentido, que o parque tecnológico do INPS — que depois veio a ser administrado pela Dataprev — havia sido adquirido pela autarquia, no ano de sua criação, junto à Burroughs, uma das líderes no mercado mundial de computadores de grande porte, os chamados *mainframes*. Ou seja, nos termos de realização de suas incumbências, na quadra histórica de consolidação dos domínios burgueses sobre o destino nacional brasileiro, os dados e indicadores de sua população tinham seu levantamento condicionado pela operação de maquinário digital estrangeiro nas dependências de uma empresa estatal pública, a Dataprev, sob comando das Forças Armadas — e, nos termos econômico-políticos postos, do imperialismo estadunidense. Assim, é forçoso afirmar que, no caso da constituição da Dataprev, também prevaleceu o padrão de constituição do SPE descrito por Rodrigues (2023).

No mês de março de 1975, o *Correio Braziliense* noticiou que a população segurada pelo INPS havia duplicado (de 7 para 14 milhões), que o quadro funcional havia sido reduzido em 25% (de 80 para 60 mil servidores) e que, nessas circunstâncias, a autarquia estava desempenhando suas atividades com uma poupança de recursos equivalente a 4% do que era gasto com os processos administrativos antes da aquisição do parque, oito anos antes (Jornal do Brasil, 1975). A Dataprev só veio a ser regulamentada, de fato, em março e, conforme a matéria, uma vez instalada, passaria “[...] a se ocupar também de grande parte das tarefas administrativas da Funabem, IPASE, LBA, Funrural” (Jornal do Brasil, 1975). Dito de outro modo, assim que criada, a Dataprev passou a prestar serviços de processamento de dados para todos os órgãos governamentais vinculados ao MPAS, mas também para outros ministérios.

Já no primeiro ano de suas atividades como empresa pública, a Dataprev apresentava instrumentos que prometiam qualificar a arrecadação, bem como a operacionalização dos pagamentos de benefícios, auxílios e pensões, porquanto havia se tornado responsável pela emissão dos cheques, que passariam a ser impressos em papel moeda de forma mecanizada, descontáveis em agências bancárias, a serem recebidos pela população usuária através dos Correios (INPS pagará benefícios [...], 1975; “Carnets” do INPS serão mecanizados [...], Jornal do Brasil, 1975). No mês de agosto de 1975, o Ministro do Trabalho, Arnaldo da Costa Prieto, anunciou que havia sido selado um convênio, no valor de Cr\$ 300.000 (trezentos mil cruzeiros), entre o Ministério e a Dataprev, que colocava à empresa a responsabilidade de fornecer dados sobre “[...] salários, população

economicamente ativa, índice de acidentes de trabalho e outros” (Correio Braziliense, 1975a). A Dataprev passou a fornecer, de acordo com a matéria,

[...] dados relativos ao segmento da população empregada no setor urbano, contribuinte do INPS, como empregados assalariados, empregadores, autônomos, avulsos, domésticas com previdência, empregados em entidades filantrópicas e contribuintes desempregados pagando em dobro. [...] Ainda sobre essa classe, a Dataprev se [encarregaria] do fornecimento de estudos sobre salário médio, relação entre salário mínimo e salário médio e valor total da folha de salários.[...] No que se refere à ocorrência de acidentes do trabalho, haverá um levantamento abrangendo, no mínimo, os seguintes itens: número de acidentes, espécie de acidentes, atividade da empresa, atividade do acidentado, tipo de acidente, tempo de afastamento do trabalho, valor das indenizações pagas, estimativa do custo de homem-hora decorrentes dos acidentes ocorridos e relação de óbitos por mil (Correio Braziliense, 1975a).

Para o processamento desses dados, foram instalados terminais no Ministério do Trabalho (MT), que passaram a permitir a produção de indicadores, por exemplo, sobre: a) as rendas médias do trabalho e seus desvios nas distintas regiões do país; b) ocorrências de acidentes de trabalho; c) encargos sociais e “insumos salários” no custo final do produto. Ou seja, o trabalho da Dataprev oferecia ao governo ditatorial uma maior previsibilidade, porquanto o cruzamento dos dados permitia a produção de informações sobre a vida econômica do país, as consequências do aumento ou rebaixamento do valor da força de trabalho, a produtividade do capital, bem como as balanças comerciais entre regiões e com o mercado externo.

Na esteira dessa capacidade de produção de indicadores, instalou-se um impasse entre Ministérios (MT e MPAS) quanto à criação do Sistema Integrado de Informações Socioeconômicas (SISE), o qual consideramos uma *protoforma* do que veio a se constituir, mais contemporaneamente, no processo de digitalização do Estado — mas que não pôde ganhar mais densidade, em razão, segundo inferimos, da baixa capilaridade de sistemas de informação, na forma de *hardwares* e *softwares* instalados nas repartições públicas existentes naquele período.

A formulação do SISE teve seu processo histórico descrito na matéria publicada no dia 20 de setembro de 1975, nas páginas do *Correio Braziliense*, porquanto se requisitava de diferentes órgãos governamentais que cruzassem as informações decorrentes da operacionalização das políticas sociais sob suas responsabilidades, no sentido da compatibilização dos modos de obtenção dos dados. Chegou-se, então, à criação de uma comissão, formada por representações do Ministério do Trabalho, da Fazenda e da Previdência Social, com vistas à criação do SISE.

Os trabalhos da comissão, conforme se noticiava na matéria, foram encerrados nos dias finais de 1974, com a recomendação de que, uma vez considerado viável, o sistema tivesse um projeto-piloto executado no Rio Grande do Sul. Ainda que com a tendência de ficar sob os auspícios do MT, o SISE também teria a participação de órgãos governamentais subordinados a outros Ministérios, o que “[possibilitaria] um melhor planejamento de suas atividades institucionais, com a desejável eficiência de controle e adequada aplicação dos recursos captados” (Correio Braziliense, 1975b).

No entendimento do Ministro do Trabalho, a criação do SISE era uma das melhores ideias surgidas naquele período, “[...] uma vez que [evidenciou] a sobrecarga atual das empresas no preenchimento anual de aproximadamente 27 formulários” (Correio Braziliense, 1975b). Além disso, apontava Arnaldo da Costa Prieto,

[As] informações prestadas, apesar de abundantes, não [permitiam] o conhecimento real da força de trabalho, pelo menos nos setores secundário e terciário, por serem heterogêneas e não terem a abrangência desejada. Assim, não [ofereciam] as condições ideais para o planejamento dos recursos humanos a nível satisfatório. [...] Diante da necessidade de conhecer o universo da força de trabalho, o SISE [obteria] essas informações de todos aqueles estabelecimentos que estão ligados a uma atividade econômica na área urbana (sejam empresas comerciais, industriais, ou de prestações de serviços), além de órgãos da administração direta e indireta. E os formulários propostos [conteriam] as mesmas informações constantes nos inúmeros formulários ora existentes (Correio Braziliense, 1975b).

Outro projeto vinha sendo desenvolvido no âmbito do MPAS, e o objetivo do governo era unificar esse ao SISE, no sentido de que o MT pudesse se utilizar do parque tecnológico de que dispunha a Dataprev. Desde aquele período, o que se colocava com a proposta desse Sistema era que ele facilitaria o preenchimento de informações por parte dos usuários das políticas sociais públicas, bem como de seus operadores, em razão



da “[...] diminuição da quantidade de formulários, dos encargos e despesas decorrentes de seu preparo e manipulação” (Correio Braziliense, 1975b).

A condição, no entanto, era que os Ministérios chegassem a um acordo quanto à operacionalização dos trabalhos de processamento e tratamento de dados, à divulgação das informações dessa atividade decorrentes, bem como ao rateio das despesas. O fato de que o SISE não tenha mais ocupado espaço nos registros jornalísticos até o final da década de 1970 — pelo menos no que concerne ao *Correio Braziliense* — nos permitiu inferir que os ministros de Estado não conseguiram chegar a um consenso quanto aos trâmites da operacionalização do Sistema, e que este se tornou impraticável no contexto da Ditadura empresarial-militar.

Por outro lado, a Dataprev ganhou proeminência na produção e divulgação de informações socioeconômicas, sobretudo porque detinha não apenas o parque tecnológico mais moderno para o período, mas também em razão das amplas bases para a extração de dados de que dispunha: a população usuária das políticas sociais que viriam a ser inscritas no Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SINPAS).

Justamente essa população usuária, demandante dos benefícios previdenciários, assistenciais e em saúde, era o que acarretava uma alta demanda de trabalho, em regimes nos quais os técnicos recebiam lotes de mil documentos, vindos do INPS e do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS), os quais eram repassados ao setor de digitação, numerados por uma máquina e revisados. Os dados eram registrados em disquete e microfilmados, e ficavam em um “arquivo morto” durante meia década. A cada fim de processo, os carnês eram registrados por meio de uma leitura óptica e então armazenados em um “terminal burro”.

Além disso, conforme se descreve no livro comemorativo de 50 anos de história da empresa (Dataprev, 2024b), o Estado autocrático-burguês tinha suas feições explícitas no gerenciamento da jornada de trabalho: os digitadores tinham rotinas laborais de 6 horas, com 15 minutos de intervalo para lanche; os funcionários não podiam conversar entre si e precisavam atender a um índice de produtividade equivalente a 15 mil toques/dia, sendo que “[...] o desvio dessa conduta era punido com repreensões em salas de chefia e transferência para salas com supervisores mais linha-dura” (Dataprev, 2024a, p. 86). O direito à pausa para idas ao banheiro era concedido sob os cuidados de superiores, e o ambiente de trabalho da Dataprev era alvo de denúncias, em razão de perseguições ou proteções discricionárias de funcionários contrários ou alinhados ao regime autoritário empresarial-militar. Ademais, a empresa não oferecia planos de carreira, tampouco promoções, de modo que os trabalhadores que nela se inseriam “[...] sentiam falta de avaliação e critérios justos para o trabalho” (Dataprev, 2024a, p. 86). Na análise dos jornais, o grande número de anúncios de contratação de digitadores permitiu-nos confirmar essa condição, porquanto era um indicativo de alta rotatividade no trabalho de digitação de dados.

A Dataprev anunciava a necessidade de digitadores nos jornais, e aquelas pessoas que postulavam assumir tais cargos precisavam preencher documentos com dados pessoais perante os diretores, os quais “[...] se apresentavam fardados, como representantes não da presidência da empresa, mas do próprio governo, e mantinham-se isolados em gabinetes” (Dataprev, 2024a, p. 85). Os altos cargos e os respectivos salários, por sua vez, eram preenchidos por indicações. Dos cargos de chefia ocupavam-se oficiais do Exército (sobretudo aqueles que pertenciam ao Departamento de Segurança), bem como funcionários de confiança que haviam se destacado nos cursos da Escola Superior de Guerra (ESG) (Dataprev, 2024b).

Em aparente alinhamento com o governo empresarial-militar, o *Correio Braziliense* noticiava notadamente a função da economicidade promovida pela Dataprev na operacionalização das políticas sociais públicas. A empresa foi noticiada em janeiro de 1976, porque havia descontinuado sistemas do INPS e do IPASE, substituindo-os por novas aplicações, as quais permitiam às Agências da Previdência Social (APS) responderem a demandas por benefícios em até 48 horas nos grandes centros urbanos e em 10 dias nos municípios do interior (Correio Braziliense, 1976). Os novos sistemas permitiam:

[o] controle de estoque para a Central de Medicamentos (CEME); controle de distribuição de medicamentos para o INPS; contabilidade e pagamento para a LBA; controle de contas médicas para o INPS; parcelamento de débitos, inscrição e esquema de recolhimento para contribuintes individuais; arrecadação geral; emissão de cartões de previdência social; controle de patrimônio do INPS; contabilidade do Funrural; [...] implantação do domicílio bancário, cadastro eletrônico de débito e emissão de certificados; controle de material para o INPS; acompanhamento do plano de ação do INPS; controle hospitalar; atividades da Secretaria de Bem-Estar do INPS; aplicação do Plano de Classificação de Cargos no INPS e no IPASE, informática jurídica, controle para o Programa Especial de Bolsas de Estudo do MTI, e indicadores sociais do salário e mão-de-obra (Correio Braziliense, 1976).

Em março de 1976, o *Correio Braziliense* noticiava que a Dataprev, no sentido de responder às requisições que lhe eram feitas, orientava-se para uma melhor organização como empresa, encaminhava-se para construir uma instalação definitiva (um edifício de 8,5 mil m<sup>2</sup>, no Rio de Janeiro), além de renovar seu parque tecnológico. A título de exemplo: em julho de 1977, o presidente Ernesto Geisel visitou o Centro de Processamento de Dados da Previdência Social, no Rio de Janeiro, onde fora instalado um computador da Burroughs (Modelo B7700), por meio do qual se prometia que “[...] a Previdência [passaria a] funcionar com muito maior eficiência” (Burroughs Eletrônica Ltda, 1977). O “[...] sistema de processamento de dados desenvolvido pela Dataprev [envolvia] cerca de 3 mil programas catalogados” (Burroughs Eletrônica Ltda, 1977), e serviria para a “[...] emissão de carnês de aposentadoria, controle de pagamento de benefícios de interesse de cerca de 40 milhões de pessoas e o processamento administrativo de todos os órgãos vinculados ao Ministério da Previdência” (Burroughs Eletrônica Ltda, 1977).

No Relatório da Presidência relativo ao ano de 1978 e publicado em janeiro de 1979, no *Correio Braziliense*, afirmava-se que a instalação do B7700 havia possibilitado o crescimento no número de caracteres processados em 100%, com diminuição de 10% no tempo de uso das máquinas — considerada apenas a metade do ano de 1977. Para 1978, por sua vez, “[...] o aumento de 56%, em relação ao ano anterior, do número de caracteres processados, foi realizado não com aumento, mas sim com uma redução de 4% no número de horas de utilização de máquinas” (Relatório da Presidência, 1979 *apud* *Correio Braziliense*, 1979). Mesmo com o crescimento no número de serviços prestados, o uso do parque tecnológico permitiu a redução das despesas com o processamento de dados para valores inferiores a 0,004% do total dos custos da operacionalização da política previdenciária.

Nos jornais do período, notadamente na série histórica entre 1975 e 1978, a Dataprev publicava, ao final de cada ano, os seus informativos financeiros, nos quais eram detalhadas as porções orçamentárias executadas, entre outras coisas, para a aquisição de equipamentos para processamento de dados. Cabe destacar que a ausência de dados de aquisição de equipamentos de processamento de dados em 1975 deve-se ao fato de que, nesse ano, a Dataprev passou a operar um parque tecnológico já instalado.

A partir de 1979, os balancetes deixaram de ser publicados no *Correio Braziliense*, razão pela qual não contabilizamos o ano em questão na série histórica, ainda que ele seja relevante. Considerada a correção dos valores, identificamos transferências de valor equivalentes a R\$ 379.895.605,58 em recursos financeiros utilizados para a aquisição de equipamentos para processamento de dados, máquinas e móveis — os quais inferimos estarem associados às atividades-fim da Dataprev. Se considerada somente a primeira rubrica, o montante de recursos equivale a R\$ 184.618.277,05, destinados exclusivamente à aquisição de equipamentos para processamento de dados. Esses dados estão apresentados de forma mais clara na Tabela 1.

Esses dados nos permitiram demonstrar que, desde sua origem e ao longo de seus anos iniciais, a Dataprev figurou como importante consumidora de tecnologias, utilizadas para a consecução de suas atribuições. Inferimos ainda que, naquelas circunstâncias de pleno domínio do capital estrangeiro sobre esse setor — notadamente

**Tabela 1** – Despesas da Dataprev (1975–1978) com equipamentos para processamento de dados, máquinas e móveis

	Equipamentos para processamento de dados	Demais equipamentos, máquinas e móveis
1975	-	Cr\$ 7.393.212,61 (R\$ 25.217.782,65)
1976	Cr\$ 29.994.000,00 (R\$ 70.024.905,67)	Cr\$ 18.666.986,68 (R\$ 43.580.515,48)
1977	Cr\$ 30.289.755,10 (R\$ 50.856.881,30)	Cr\$ 30.252.309,24 (R\$ 50.794.009,23)
1978	Cr\$ 53.766.498,09 (R\$ 63.736.490,08)	Cr\$ 63.823.201,52 (R\$ 75.658.021,17)

**Fonte:** elaborado pelo autor com base em dados da Hemeroteca Digital Brasileira, *Correio Braziliense* (1975–1978).

sobre a produção e comercialização de computadores de grande porte (Tigre, 1984, 1987) — a Dataprev foi um suporte à acumulação de capitais das multinacionais de tecnologia produtoras de *mainframes* em território nacional, pois era eminentemente para essas empresas que a estatal deslocava os valores orçamentários mencionados na Tabela 1. Sobretudo a partir da criação do SINPAS, o Setor de Desenvolvimento da Dataprev reformulou e desenvolveu novos sistemas de informação ao longo de 1978, os quais exigiram a instalação de 200 terminais remotos, adquiridos pela empresa junto à brasileira Cobra S.A., que viriam a ser instalados em dez unidades federativas do país.

A aquisição de computadores junto à Cobra S.A. custou aos cofres da Dataprev o equivalente a Cr\$ 146.425.272,00 (R\$ 136.787.842,70), valor previsto exclusivamente para o orçamento do ano de 1979, conforme matéria publicada no *Correio Braziliense* em 6 de julho de 1979. Ou seja, a Dataprev também foi, na oportunidade histórica em que o país contava com uma indústria nacional de informática, uma importante cliente dessa última — chegando a representar mais de 25% do total de minicomputadores comercializados e instalados no Brasil pela Cobra S.A. naquele período (Tigre, 1984).

Conforme o novo Ministro da Previdência, Jair Soares, a partir dessa compra, a política previdenciária estaria em condições de prover “[...] um melhor atendimento aos beneficiários da Previdência, ao mesmo tempo em que [valorizaria] a indústria nacional, pois os equipamentos adquiridos [eram] projetados e fabricados por brasileiros” (*Correio Braziliense*, 1979).

Outro aspecto a destacar dessa aquisição foi o primeiro esforço de descentralização dos terminais de computação de dados, que apontava para o processo de informatização dos serviços públicos já no final da década de 1970 — indicando-se aí os primeiros passos de realização da digitalização do Estado brasileiro.

## Considerações finais

O presente artigo, como já afirmado, é uma síntese de parte das reflexões desenvolvidas na oportunidade da realização de uma tese de doutorado que tem como objeto as relações entre a Dataprev e os circuitos de valorização do valor ao longo das cinco décadas de existência dessa empresa. Pudemos constatar, na análise dos anos iniciais da Dataprev — sobretudo a partir da análise documental realizada junto à Hemeroteca Digital Brasileira, mas também com auxílio de referencial bibliográfico pertinente — que a ontogênese da Dataprev a exprimiou como um amálgama das determinações essenciais que incidem sobre a formação social brasileira e que a fazem uma economia política dependente; que, sob o padrão de dominação autocrático-burguês, somente uma institucionalidade explicitamente alinhada pelo alto permitiu a centralização administrativa da política previdenciária, transformando essa última em uma política de Estado somente na segunda metade da década de 1960; que, em razão disso, às Forças Armadas foi requisitado garantir as condições de processamento das informações da “clientela” que, a partir de 1966, se avolumava no INPS.

Respondendo a uma tendência histórica posta para o Sistema Produtivo Estatal (SPE) brasileiro, também a Dataprev esteve desde sua origem orientada ao atendimento dos interesses do capital estrangeiro, constituindo-se como cliente de uma empresa multinacional estadunidense e, portanto, sendo garantidora das condições de produção e reprodução do seu capital no Brasil.

Ao mesmo tempo em que atendeu às requisições por aperfeiçoamento no processamento e tratamento de dados da política previdenciária, a Dataprev teve suas incumbências ampliadas em razão da abrangência de atividades possíveis de serem realizadas com o parque tecnológico de que dispunha, passando a atender um número maior de ministérios e órgãos governamentais do que apenas o MPAS. Tal condição apontou para a possibilidade, já no final da década de 1970, da criação do SISE, o qual consideramos como uma protoforma do Estado digital — que veio a ganhar seus contornos mais decisivos somente a partir da virada do milênio.

Um segundo aspecto, a ser cotejado com a informação apresentada no início de que a Dataprev está imbricada na implementação da ENGD e, portanto, tem estabelecido relações comerciais com grandes empresas multinacionais que, contemporaneamente, fornecem serviços de computação em nuvem (em uma articulação de *hardwares* e *softwares*), é que essa não é uma condição nova: ela se apresenta nas relações entre a Dataprev e os circuitos de valorização do valor desde os anos iniciais dessa empresa.

Nesse tocante, porém, é necessário destacar um terceiro aspecto, que no presente artigo não foi objeto de problematização, mas que aponta para a necessidade de realização de um estudo em particular: nas relações



que estabeleceu com o setor de informática — tanto com a indústria quanto com provedores de serviços — a Dataprev foi importante garantia das condições de reprodução do capital das empresas nacionais que, entre 1975 e 1991, puderam desenvolver equipamentos, componentes e periféricos para micro e minicomputadores, contando com a 1ª Política Nacional de Informática (1ª PNI), de cariz protecionista e ancorada nos eixos de reserva de mercado e capacitação nacional (Tigre, 1984; 1987; Piragibe, 1985).

## Referências

- BAMBIRRA, V. O capitalismo dependente latino-americano. 4. ed. Florianópolis: Insular, 2019.
- BRASIL. Lei nº 6.125, de 4 de novembro de 1974. Autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social – DATAPREV, e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6125.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6125.htm). Acesso em: 11 nov. 2025.
- BURROUGHS ELETRÔNICA LTDA. Desde ontem, este computador é muito importante na vida do brasileiro. Anúncio publicitário. Correio Braziliense, Brasília, 2 jul. 1977. Disponível em: [https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=028274\\_02&pasta=ano%20197&pesq=centro%20de%20dados%20do%20INPS&pagfis=91602](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=028274_02&pasta=ano%20197&pesq=centro%20de%20dados%20do%20INPS&pagfis=91602). Acesso em 20 fev. 2025.
- CORREIO BRAZILIENSE. Criada empresa de análise de sistema. Correio Braziliense, Brasília, ano 1974. Disponível em: [https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=028274\\_02&pasta=ano%20197&pesq=centro%20de%20dados%20do%20INPS&pagfis=53160](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=028274_02&pasta=ano%20197&pesq=centro%20de%20dados%20do%20INPS&pagfis=53160). Acesso em: 17 fev. 2025.
- CORREIO BRAZILIENSE. Prieto anuncia uma ampla reforma no “campo social. Brasília, ano 1975a. Disponível em: [https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=028274\\_02&pasta=ano%20197&pesq=centro%20de%20dados%20do%20INPS&pagfis=64066](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=028274_02&pasta=ano%20197&pesq=centro%20de%20dados%20do%20INPS&pagfis=64066). Acesso em: 17 fev. 2025.
- CORREIO BRAZILIENSE. Ministérios disputam no campo social. Brasília, ano 1975b. Disponível em: [https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=028274\\_02&pasta=ano%20197&pesq=centro%20de%20dados%20do%20INPS&pagfis=65826](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=028274_02&pasta=ano%20197&pesq=centro%20de%20dados%20do%20INPS&pagfis=65826). Acesso em: 20 fev. 2025.
- CORREIO BRAZILIENSE. Dataprev acelera o INPS. Brasília, ano 1976. Disponível em: [https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=028274\\_02&pasta=ano%20197&pesq=centro%20de%20dados%20do%20INPS&pagfis=70395](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=028274_02&pasta=ano%20197&pesq=centro%20de%20dados%20do%20INPS&pagfis=70395). Acesso em: 20 fev. 2025.
- CORREIO BRAZILIENSE. Residentes não terão mesmo carteira assinada, diz Jair. Brasília, ano 1979. Disponível em: [https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=028274\\_02&pasta=ano%20197&pesq=centro%20de%20dados%20do%20INPS&pagfis=123829](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=028274_02&pasta=ano%20197&pesq=centro%20de%20dados%20do%20INPS&pagfis=123829). Acesso em 22 fev. 2025.
- EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (DATAPREV). Revista Dataprev Resultados, ano 15, n. 16, 2024a. Disponível em: <https://www.dataprev.gov.br/revista-dataprev-resultados-no-16>. Acesso em: 2 fev. 2025.
- EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (DATAPREV). Dataprev 50 anos: 1974–2024: dados para cidadania, memórias partilhadas. 1. ed. Brasília, DF: Dataprev, 2024b. ISBN 978-85-66528-02-2
- FERNANDES, F. A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. 5. ed. São Paulo: Globo, 2005.
- GENTIL, Denise Lobato. A política fiscal e a falsa crise da seguridade social brasileira: uma história de desconstrução e de saques. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2019.
- HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 02 fev. 2025.
- JORNAL DO BRASIL. Centro de Dados do INPS vira empresa pública e estende seu raio de ação, ano 1976. Disponível em: [https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015\\_09&pasta=ano%20197&pesq=centro%20de%20dados%20do%20INPS&pagfis=50609](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_09&pasta=ano%20197&pesq=centro%20de%20dados%20do%20INPS&pagfis=50609). Acesso em: 18 fev. 2025.
- LENIN, V. I. Imperialismo, estágio superior do capitalismo: ensaio popular. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- MARINI, R. M. Dialética da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.
- MARX, K. O Capital: crítica da economia política: o processo de produção do capital. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.
- NETTO, J. P. Pequena história da ditadura brasileira (1964–1985). 1. ed. São Paulo: Cortez, 2014.
- PIRAGIBE, C. Indústria da Informática: desenvolvimento brasileiro e mundial. Rio de Janeiro: Campus, 1985.
- RODRIGUES, C. H. L. Imperialismo e empresa estatal no capitalismo dependente brasileiro (1956–1998). 1. ed. São Paulo: Alameda, 2023.
- SALVADOR, Evilasio. Fundo público e seguridade social no Brasil. São Paulo: Cortez, 2010.
- SILVA, M. L. L. da. Previdência social no Brasil: (des)estruturação do trabalho e condições para sua universalização. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- TIGRE, P. B. Computadores brasileiros: indústria, tecnologia e dependência. 1. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1984.
- TIGRE, P. B. Indústria brasileira de computadores: perspectivas até os anos 90. Rio de Janeiro: Campus: IMPES/IPEA, 1987.

**Germano Rama Molardi**

germanomolardi@gmail.com

Doutor em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGSS/UFSC).

**Universidade Federal de Santa Catarina**

Campus Universitário Florianópolis – Centro Socioeconômico

Rua Roberto Sampaio Gonzaga

Trindade – Florianópolis – SC

CEP: 88040-900

**Agradecimentos**

Não se aplica.

**Agência financiadora**

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino

Superior (CAPES), entre dezembro de 2020 e fevereiro de 2025.

**Contribuições do autor**

O autor é responsável por todas as etapas da elaboração do manuscrito.

**Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação**

Não se aplica.

**Consentimento para publicação**

O autor consente com a publicação do presente manuscrito.

**Conflito de interesses**

Não há conflito de interesses.

**Disponibilidade de dados**

Os dados de pesquisa estão disponíveis mediante solicitação.

E-mail: germanomolardi@gmail.com

**Editores Responsáveis**

Mailiz Garibotti Lusa – Editora-chefe

Láís Duarte Corrêa – Comissão Editorial